



GT - GESTÃO SOCIAL, REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

**A POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL:
classificando a produção intelectual brasileira à luz da Lei nº 11.346, de 15 de
setembro de 2006**

Diego José do Nascimento Rabelo
Washington José de Souza
Gabriel Dantas de Carvalho Vilar

RESUMO

O presente texto assume o objetivo de, a partir da classificação do uso do construto *Segurança Alimentar e Nutricional* em artigos indexados no *Portal de Periódicos Capes*, sintetizar pautas acadêmicas da produção intelectual brasileira no tema tomando como base os itens do Art. 4º. da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, e a posterior qualificação da publicação no tocando ao quesito VI, relativo a políticas públicas. No que tange aos procedimentos metodológicos, para a análise quantitativa foi realizada a tabulação dos 128 textos identificados em planilha do software Excel. Os textos foram catalogados por autoria/ano da publicação, título, objetivo, palavras-chave e grande área de conhecimento da Capes, além da especificação por grande área de acordo com o vínculo do primeiro autor. No processamento quantitativo, foram apurados os valores absolutos e relativos das publicações em cada um dos seis itens que compõem o referido artigo da Lei nº 11.346. A análise qualitativa, posteriormente, foi direcionada à classificação dos textos por meio do software Iramutec, no item que concentrou o maior volume de publicações. Foram, então, geradas seis categorias no quesito *implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos*, que concentrou 34,1% (44 textos): Organização da política de SAN e gestão colegiada; SAN e Programa Bolsa Família; SAN e política de saúde; SAN e agricultura; SAN e Programa de Aquisição de Alimentos; SAN e Fome Zero. Como resultado a ser destacado, é nítida a restrita presença de produção intelectual no item II da Lei, que trata sobre *conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos*, com 8 publicações representando 6,2% do total.

Palavras-chave: Revisão de literatura, Segurança Alimentar e Nutricional, Política Pública, Lei nº 11.346/2006

1 INTRODUÇÃO

O presente texto assume o objetivo de, a partir da classificação do uso do construto *Segurança Alimentar e Nutricional* em artigos indexados no *Portal de Periódicos CAPES*, sintetizar pautas acadêmicas da produção intelectual brasileira no tema tomando como base os itens do Art. 4º. da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, e a



posterior qualificação da publicação no tocando ao quesito VI, relativo a políticas públicas. A classificação considera quantitativamente e qualitativamente informações referentes à distribuição dos temas da publicação em SAN tomando como base, exclusivamente, a abordagem de interesse – conforme referida no Art. 4 da referida Lei – mediante posterior estratificação do item com maior incidência.

Para sistematizar temas relacionados ao direito humano à alimentação saudável e adequada, a partir do construto segurança alimentar e nutricional, faz-se necessário, preliminarmente, sintetizar concepções gerais que o configuram. Tal necessidade se justifica a partir da compreensão de que o ideal da alimentação saudável e adequada transcende meros aspectos qualitativos dos alimentos, implicando leituras quanto aos modos de cultivo, produção e comercialização. Acesso a alimentação saudável e adequada, portanto, ultrapassa o ato de ingerir alimentos ricos em macro e micronutrientes com biodisponibilidade. O direito humano à alimentação saudável e adequada no âmbito da segurança alimentar e nutricional torna-se, assim,

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O direito à alimentação adequada, a fim de garantir o estado de segurança alimentar e nutricional, implica em alimentação variada e nutritiva em concordância com fatores sociais e ambientais. Frente a problemas de distribuição de renda no Brasil, parte significativa da população tem dificuldades para obter alimentação, não necessariamente devido à indisponibilidade de alimentos, mas, sim, por carências financeiras. Essa deficiência surge, antes de tudo, devido à má distribuição de renda. Entendimento com esse viés conduzem Barros et al (2000, p.) a afirmar que o Brasil não é um país pobre, mas, sim, com enorme número de indivíduos em estado de pobreza. É a desigualdade, pois, que explica deficiências na alimentação, e, não, produção insuficiente de alimentos.



Não só no Brasil, mas em todos os países em subdesenvolvimento, observa-se a formação de “territórios de exclusão” (IPEA, 2015), onde famílias pobres tendem a se concentrar, vindo a compartilhar de situações de precariedade que, por vezes, geram solidariedades locais a fim de garantir a sobrevivência. Esses “nichos de exclusão”, se observado a partir de uma perspectiva positiva, podem se tornar solo fecundo para o desenvolvimento coletivo, a partir do senso comunitário na formação de capital social local ao longo do tempo.

A SAN aparece para além da noção de capital social, vinculada a outras leituras, como a possibilidade de inclusão produtiva rural com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos vulneráveis no meio rural, a produção de alimentos de forma sustentável, a estruturação da agricultura familiar, o fortalecimento de produção com base na agroecologia, a ampliação da disponibilidade hídrica e acesso a água, em especial no meio rural. Aparece, ainda, vinculada a iniciativas de soberania alimentar e a sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis, entendidos como desafios estratégicos para o desenvolvimento social e consequente segurança alimentar e nutricional (PLANSAN, 2016).

Segurança alimentar e nutricional é construto que aparece, tanto em documentos oficiais quanto na literatura acadêmica, sob amplas possibilidades de uso e é esse o exercício aqui empreendido, centrado na seguinte questão central: *como se configura a produção intelectual no construto segurança alimentar e nutricional no Brasil à luz dos quesitos de abrangência definidos no Art. 4 da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN?* A referida Lei (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm) define, no Art. 4, a abrangência da SAN com base em seis quesitos: I – ampliação das condições de acesso aos alimentos; II - conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; III - promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população; IV - garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos; V - produção de conhecimento e o acesso à informação; VI -



implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos.

Para responder a tal questionamento, após esta introdução o tópico seguinte sintetiza os procedimentos metodológicos adotados na realização de uma investigação que integra o conjunto de ações do projeto *Gestão Social em SAN - Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias, Agroecologia e Segurança Alimentar: Cooperação interinstitucional e estudos integrados em ensino, pesquisa e extensão em Brasil, Colômbia e Argentina*), desenvolvido mediante fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Chamada CNPQ/MCTIC Nº 016/2016 - Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito da Unasul.

Trata-se, aqui, de resultados de uma sistematização quantitativa e qualitativa de literatura disponível no Portal de Periódicos Capes, tarefa realizada conforme procedimentos elencados no tópico seguinte. O texto gera, como produto da sistematização, no tópico 3, a caracterização da publicação científica nacional em SAN com base no tema central de interesse abordado tomando como referência os itens dispostos no Art. 4 da Lei nº 11.346/2006.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entre as estratégias de pesquisa e geração de conhecimento a bibliometria vislumbra tratamento quantitativo de informação, por meio de métodos matemáticos e estatísticos, com o objetivo de analisar processos de comunicação escrita. Em outras palavras, consiste em agrupar uma série de dados e criar categorias os transformando em informação. Segundo Da Silveira Guedes (2012, p. 77) "a Bibliometria, foi usado pela primeira vez em 1922, antecedendo à data a qual se atribui a formação da área de Ciência da Informação, com a conotação de esclarecimento dos processos científicos e tecnológicos por meio da contagem de documentos". O presente texto segue tal direcionamento, na qualidade de revisão da literatura, assumindo características de desenho transversal descritivo.

Os textos foram coletados no Portal de Periódicos Capes/MEC (disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br/>), no período de março a abril de 2018, como etapa



da pesquisa supracitada apoiada pelo CNPq. Foram utilizados os seguintes descritores na busca dos textos: *segurança alimentar e segurança alimentar e nutricional*. Os dados foram organizados, preliminarmente, em uma planilha contendo autoria/ano, título, objetivo, palavras-chave e grande área de conhecimento da Capes em que se enquadra o primeiro autor. Esta última etapa, enquadramento da origem do texto por grande área do conhecimento a partir do perfil do primeiro autor, ocorreu mediante busca na plataforma Lattes do CNPq.

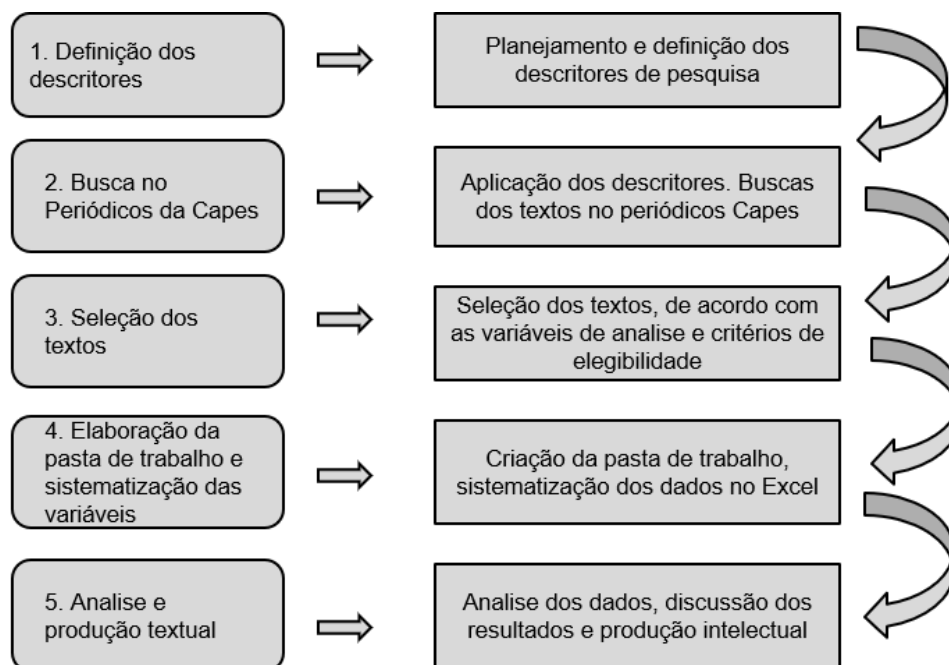
O critério de elegibilidade exigiu a referência integral, no título do texto, ao termo *segurança alimentar* ou *segurança alimentar e nutricional*, considerando que, uma vez anunciado no título, fica evidenciada a centralidade da produção intelectual em assuntos relativos ao construto em pauta possibilitando o enquadramento em um dos itens do aludido Art. 4 da Lei nº 11.346/2006. Além disso, como o propósito envolve o mapeamento de interesses nacionais de estudos na política pública de SAN, a alusão no título tornou-se critério relevante à elegibilidade.

Para a sistematização dos dados e consequente aplicação de técnicas estatísticas descritivas foi utilizado o Excel™ 2010, *software* de planilha do pacote *Microsoft Office* que permite a criação de pastas de trabalho, produção de gráficos, tabelas e cálculos estatísticos. Com a utilização desse *software* foi possível transformar os dados coletados em informações, facilitando uma compreensão geral do material coletado. No Excel, foi criada uma pasta de trabalho contendo colunas com os elementos anteriormente identificados - título, objetivo, palavras-chave, autoria e grande área de conhecimento da Capes em que se enquadra o primeiro autor.

A planilha do Excel™ 2010, utilizada como meio para a organização dos dados dos 128 textos assumiu o modelo com as seguintes colunas: autor/ano da publicação; título; objetivo; palavras-chave, grandes áreas/áreas CAPES e especificação de política pública que o texto trabalhe. Todos os textos foram lidos no que se refere ao título, palavra-chave, objetivo e resumo e só assim foram classificados.

O procedimento metodológico adotado atendeu à sequência apresentada na Figura 1: 1) definição dos descritores; 2) busca no Portal de Periódicos Capes a partir do descritor *segurança alimentar* ou *segurança alimentar e nutricional*; 3) seleção dos textos com presença no título de um dos descritores; 4) elaboração da pasta de trabalho com as variáveis supracitadas; 5) análise do material coletado e produção textual com base no enquadramento da publicação nos itens do Art. 4 da Lei nº 11.346/2006. A fase 1 consistiu no planejamento e definição dos descritores; a fase 2, a aplicação dos descritores na busca na busca no Portal de Periódicos Capes; a fase 3, deu-se pela aplicação do critério de elegibilidade (presença de um dos descritores no título); a fase 4, consistiu na elaboração da pasta de trabalho no Excel; na fase 5, a produção intelectual coletada foi enquadrada em um dos cinco itens do Art. 4 da Lei nº 11.346/2006, antecedendo a análise e produção do presente texto. A Figura 1 ilustra essas etapas do estudo.

FIGURA 1 – Síntese da trajetória da pesquisa



Fonte: elaborado pelos autores, 2019.

A análise de cada publicação, para enquadramento em um dos itens do Art. 4º. da Lei nº 11.346/2006, foi realizada manualmente mediante procedimento de arbitragem, com dois pesquisadores avaliando de modo simultâneo e independente



todos os casos individualmente. 10 casos geraram posicionamentos distintos entre os dois avaliadores e, desse modo, os casos foram submetidos a um terceiro avaliador (árbitro) a quem coube a decisão. Em todos os casos, o árbitro escolheu uma ou outra posição assumida na avaliação preliminar, validando, portanto, o procedimento escolhido e as reflexões preliminares dos dois classificadores.

Após a classificação, a análise seguiu pela apuração dos números absolutos e relativos do enquadramento em cada um dos seis itens do Art. 4º. da Lei nº 11.346/2006. Apurados os resultados, a análise qualitativa, realizada no software livre Iramuteq, ficou contida no item VI, o de maior incidência que concentrou percentual superior a 1/3 do total. Os 44 textos do item VI – implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País – passaram pelo tratamento da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). A CHD, de acordo com Reinert (1990), trata os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários ao passo que o conjunto deles é repartido em função da frequência das formas reduzidas. A partir de matrizes, cruzando segmentos de textos e palavras (em repetidos testes do tipo X 2), aplica-se o método de CHD para se obter uma classificação estável e definitiva (Reinert, 1990).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 2, abaixo, apresenta exemplos da tarefa de classificação dos textos realizada a partir do sumário organizado na planilha do Excel e empregada na sistematização das informações coletadas, acrescida, tanto do enquadramento da grande área do conhecimento Capes em que atua o primeiro autor, quanto do argumento empregado no enquadramento da produção nos itens do Art. 4 da Lei nº 11.346/2006



FIGURA 2 - classificação dos textos.

Autoria (ano)	Título	Objetivo	Palavras-chave	Grande área CAPES	Argumento para o Item do Art. 4 da Lei Nº 11.346/2006
Rocha Garcia, Bruna Naiara Thiago Almeida Vieira, Francisco de Assis Oliveira.	Quintais agroflorestais e segurança alimentar em uma comunidade rural na Amazônia Oriental	O objetivo é avaliar a contribuição das espécies dos estratos arbóreos e arbustivos para a segurança alimentar dos agricultores familiares de uma comunidade da Amazônia Oriental.	alimentação, qualidade de vida, agricultura familiar, sistemas agroflorestais, autoconsumo.	Ciências agrárias	Aborda espécies agroflorestais em sistema de agricultura tradicional e familiar (I)
Glauucia Pântano; Guilherme M. Grosseli; Antonio A. Moteto; Pedro S. Fadin	Sustentabilidade no uso do fósforo: uma questão de segurança hídrica e alimentar	O objetivo é discutir sobre o uso sustentável do fósforo e sua relação com a segurança hídrica e alimentar.	Rocha de fosfato; fósforo; segurança alimentar global; eutrofização.	Ciências Exatas e da Terra	Discute o uso do fósforo como requisito da segurança hídrica e alimentar enfatizando o uso de recursos naturais (II)
Maercio Mota de Souza, Dixis Figueroa Pedraza, Tarciana Nobre de Menezes	Estado nutricional de crianças assistidas em creches e situação de (in)segurança alimentar de suas famílias.	O objetivo é examinar fatores associados a excesso de peso, déficit de estatura e déficit de peso em crianças assistidas em creches de João Pessoa, bem como descrever a situação de (in)segurança alimentar das suas famílias.	Desnutrição infantil, Antropometria, Pré-escolar	Ciências da Saúde	Trata da promoção de saúde examinando fatores associados a excesso de peso, déficit de estatura e déficit de peso em crianças (III)
Luiz Fernando Miranda Da Silva; Karla Silva Ferreira	Segurança alimentar de suplementos comercializados no Brasil	O objetivo é avaliar a segurança alimentar de suplementos dietéticos no Brasil	legislação; suplementos dietéticos; atletas; hipertrofia; perda de peso	Ciências da Saúde	Pauta a natureza nutricional e tecnológica dos alimentos com foco em suplementos dietéticos (IV)
Lorena Izá Pereira	Soberania e Segurança Alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.	O objetivo é fomentar o intercâmbio de experiências e pesquisas sobre a segurança e soberania alimentar e nutricional em escala sul-americana.	Paraguai; soberania alimentar; segurança alimentar; Estado; CONAMURI.	Ciências Humanas	Fomenta o intercâmbio de pesquisas em escala sul-americana por meio de discussão do caso paraguaio (V)
Bianca RÜCKERT1 Marília Carla de Mello GAIA	Educação popular, saúde e segurança alimentar em áreas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	O objetivo é analisar o desenvolvimento de uma ação educativa em segurança alimentar e nutricional envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.	Saúde da população rural; segurança alimentar e nutricional; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; agroecologia; diálogo de saberes.	Ciências da Saúde	Aborda SAN com base em ações públicas de educação popular (VI)

Conforme foi exposto na metodologia, acima, a classificação dos artigos, mediante leitura do título, palavras-chave e resumo, se deu por meio da classificação do conteúdo abordado à luz dos itens contidos no Art. 4º. da Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. A distribuição dos textos logrou a configuração apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação dos trabalhos de acordo com os itens do item IV da lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006

Item da lei	Número de trabalhos	Porcentagem
I	12	9,30%
II	8	6,20%
III	19	14,70%
IV	12	9,30%
V	34	26,30%
VI	44	34,10%

Os textos se concentraram em sua maioria nos itens V e VI da Lei, respectivamente, *produção de conhecimento e acesso à informação e implementação de políticas públicas* (26,3%) e *estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País* (34,1%). Em quantidade intermediária, aparece o item II, *conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos* (14,7%).

Os itens I, *ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda* e IV, *garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a*

diversidade étnica e racial e cultural da população, alcançaram percentual similar (9,3% do total). O item com menor volume de publicação é o II, relativo à *conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos*.

Após o processamento dos dados por meio de um processo simples de estatística descritiva (apuração de números absolutos e relativos) para apuração da distribuição da produção intelectual brasileira por item do Art. 4º. da Lei em pauta, foi procedida uma análise no *software* Iramutec para estratificar os textos no item com maior incidência (VI), considerando o interesse dos pesquisadores em qualificar o tema da política pública de SAN no tocante à implementação e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, mediada pelas múltiplas características culturais do País,

A análise de seguimento único de texto, do Iramutec, empregada na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) gerou seis categorias como pode ser como observado na Tabela 2. As categorias, no quesito da implementação e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, portanto, apresenta as seguintes categorias analíticas com respectivas frequências no CHD (Tabele 2): I - Organização da política de SAN e gestão colegiada; II - SAN e Programa Bolsa Família; III - SAN e política de saúde; IV - SAN e agricultura; V – San e Programa de Aquisição de Alimentos; VI - SAN e Fome Zero

Tabela 2: Categorias encontradas após o uso do Iramutec com os artigos classificados no item VI

Categoria	Denominação das categorias	Frequência
I	Organização da política de SAN e gestão colegiada	14%
II	SAN e Programa Bolsa Família	22%
III	SAN e política de saúde	18%
IV	SAN e agricultura	12%
V	SAN e Programa de Aquisição de Alimentos	20%
VI	SAN e Fome zero	14%

A política pública de SAN, conforme acima exposto, tem maior concentração de publicação vinculada ao Programa Bolsa Família (PBF), com 22%, ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com 20% e à política de saúde (18%). O primeiro conjunto tem foco em transferência de renda, ao passo que, o segundo, em oportunidades iniciativas governamentais de garantia de compras públicas de alimentos da agricultura familiar. O terceiro conjunto aborda SAN e política de saúde tratando, por exemplo, temas como a das políticas nacionais de promoção da saúde, como é o caso da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), assim como também pode-se observar a presença de estudos trabalhando a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Outro bloco é formado com abordagem em organização política e gestão colegiada (14%), Fome Zero (14%) e agricultura. Há de se destacar que, à exceção da I, que foca exclusivamente aspectos de gestão da política de SAN, as outras duas categorias estão relacionadas a temáticas abrangidas anteriormente – o Fome Zero (categoria VI) possui estreita relação com a III (política de saúde), ao passo que agricultura (IV), tem forte interseção com o PAA (V). De qualquer forma, o Iramuteq segmentou tais temáticas considerando o foco central da discussão abordada nos conjuntos formados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de tarefa de revisão de literatura exploratória, é importante destacar que o exercício aqui realizado exige aprofundamento, tanto no quesito VI da Lei, conforme aqui abordado, quando nos demais itens. Com os dados já analisados, pode-se observar frágil apelo nas discussões de SAN envolvendo o tema *conservação e da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos* (item II do Art. 4º.). Foram encontradas poucas publicações elencando esse tema, e, os que foram encontrados, não trabalharam o tema levando em consideração a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que busca fomentar planos de ação para a consolidação de um mundo mais sustentável. Pode-se defender que a inserção de tal



Agenda deve ser considerado fato fundamental na discussão de SAN contemporaneamente.

Fica, aqui, a indicação da necessidade de pesquisas futuras mediante avanços no item *III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social*, que possui número reduzido de publicações e sem referência, de acordo com as informações coletadas, à Agenda 2030. Fica, ainda, a proposta de se classificar a pesquisa em SAN tomando como base dissertações e teses desenvolvidas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, o que permitirá gerar, adicionalmente, a origem da produção por área do conhecimento mediante identificação de grupos de pesquisa e líderes na investigação de SAN por item de interesse.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Raphael Fernando; NETO, Carlos de Castro Neves; HESPAÑHOL, Antonio Nivaldo. A EMERGÊNCIA DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Geo UERJ*, n. 29, p. 234-252, 2016.

BRAGA, Gilda Maria. Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (research front) e revisões da literatura: estudo aplicado à Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, 1973.

DA SILVEIRA GUEDES, Vania Lisboa. A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. *PontodeAcesso*, v. 6, n. 2, p. 74-109, 2012.

REINERT, M. ALCESTE, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. *Bulletin de méthodologie sociologique*, (28) 24-54, 1990.

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. *Transinformação*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 15-32, Apr. 2016.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, Feb. 2000.



BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/SISAN. Lei n o 11.346, de 15 de setembro de 2006. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN., 2006.

Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros/editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. Brasília: IPEA, 2015.

PLANSAN. PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PLANSAN 2016-2019). Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PLANSAN-2016.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.